

Ouc

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*
BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente***Brincando com Fogo**

A oportunidade valoriza a advertência nas palavras do governador Moreira Franco: se o plenário da Constituinte não mantiver a sucessão presidencial para 88, a nação correrá o risco de repetir a frustração registrada na derrota do projeto das diretas já em 1984. E com uma agravante que pode ser acrescentada: a situação econômica e a tensão social são muito mais preocupantes.

O governador Moreira Franco lembra que o próprio presidente Sarney considera irreversível a sucessão presidencial fixada para o próximo ano pela Comissão de Sistematização, pela elementar razão de que congressistas não decidem contra os sentimentos da sociedade. A gravidade social e econômica da situação brasileira será inevitavelmente levada em conta pelos constituintes, na hora em que o plenário der a última palavra sobre a questão do mandato presidencial. Doa a quem doer.

A representação anterior, que registrava a hegemonia do PDS no Congresso, votou contra o projeto das diretas, mas viveu intensamente as conseqüências da indignação social e da impaciência popular. O efeito político se voltou, primeiro, contra o próprio PDS, que se dividiu no processo de escolha dos candidatos. O candidato opositor teve como vice um dissidente do PDS e venceu uma eleição concebida para garantir a vitória do candidato oficial. O presidente Sarney foi ator dos dois episódios: comandou a batalha contra as diretas e acabou companheiro de chapa de Tancredo Neves.

Ninguém melhor do que o presidente, portanto, para entender a lição daquele episódio, que ele viveu por dentro e de perto, na condição de presidente do PDS. Está, portanto, capacitado a entender que a tentativa áulica, estimulada na atmosfera oficial de interesses mútuos, é portadora de um risco acima da capacidade de tomá-lo. Numa segunda indignação cívica em escala coletiva, os brasileiros não teriam desta vez em quem descarregar a frustração decorrente do seu desejo de votar contrariado pelo Congresso. A candidatura do PDS em 1985 livrou o presidente da República de ser o objeto preferencial da irritação do povo enganado em sua boa fé cívica.

Mais do que nunca, o sentimento popular se volta para esse direito que há 27 anos não é exercido: a medida que os pretextos mais fúteis e casuísticos adiam a eleição direta do presidente da República, mais exigente se torna o eleitor no julgamento dos homens públicos.

O governador Moreira Franco tocou no ponto mais sensível da traumatizada vida política brasileira. Só a eleição presidencial, a esta altura, poderá devolver ao brasileiro a confiança no voto direto. Seriam imprevisíveis as conseqüências de uma trama para voltar atrás na fixação do pleito presidencial direto para 1988. É certo, no entanto, que as conseqüências viriam rapidamente, em proporções avassaladoras para uma capacidade de vazão política ainda incapaz de escoar as tensões acumuladas.

Paira na atmosfera diária do cidadão a suspeita de que está sendo tramado o mandato de cinco anos, como se a questão política fosse assunto pessoal. A hipótese de aumentar o atual mandato deixa transparecer uma ação entre amigos íntimos e um círculo áulico, que gostaria de beneficiar-se de mais dois anos no poder. A nação não consegue admitir que haja imprudentes a esse ponto, e insensíveis em perceber o julgamento popular que resultou na condenação política do governo.

A manobra dos áulicos sopra a favor dos interessados pessoais que se abrigam sob a legenda do PMDB: são governadores de estado, com ambição política em excesso e excashez de espírito público. Pelas costas da opinião pública, eles tramam um apoio secreto ao desrespeito à vontade popular. Esses

governadores querem fazer as eleições coincidirem com a coleta das mais variadas formas de contribuição de fornecedores e empreiteiros para as suas caixinhas políticas. Jogam despudoradamente com o tempo.

Existem também os que assopram o argumento com que navegava a nau dos militares no autoritarismo: os brasileiros não estão preparados para votar. Foi a esse pretexto que se suprimiu a eleição direta. É o mesmo pretexto que o PMDB utiliza agora para tentar adiar, sem data, a sucessão presidencial. Há várias composições de interesses em elucubração. As ambições são insaciáveis. Até para o parlamentarismo há hipóteses que associam um primeiro ministro do PMDB e um presidente do PDS. Tudo serve para afastar do horizonte dos cidadãos a sucessão presidencial direta. Ou então as candidaturas Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva são usadas como espantalhos.

Enquanto isso, o PMDB vai se distanciando da opinião pública. Procurou, primeiro, esquecer o seu programa que parecia tão determinado a empreender. Não mais se lembra da eleição direta. Enquanto se acumplicia com a herança de um medo atávico de eleições, o PMDB se protege com a convivência dos interessados: o Brasil continua sem oposição.

Tudo se tornou desculpa para o PMDB deixar de ir à luta pelo voto, que seria a forma de diferenciar a nova e a velha república. Até que haja uma eleição presidencial direta, a república continuará a ser a anterior. Diz-se também, com um despudor que chega a inspirar apreensão, que o tempo é insuficiente para se aprovar a constituição e cuidar da sucessão em 1988.

Nada mais falso do que esse tipo de argumento na boca dos homens do PMDB. O Estado Novo começou a cair no fim de fevereiro e, no dia 3 de dezembro de 1945, o Brasil elegia o presidente da República e a assembleia constituinte. Com a agravante de que a ditadura havia durado oito anos e mantido fechado durante esse tempo o Congresso. Em dez meses foi criada a justiça eleitoral, e providenciada a legislação que permitiu organizar partidos, escolher candidatos, alistar o eleitorado, conduzir a campanha. Por que, hoje, seria mais difícil? Temos partidos políticos e Congresso funcionando. O eleitorado está pronto para votar. Os meios de comunicação podem encurtar qualquer campanha. Todas essas desculpas não passam de engodo.

Eleição se faz quando se quer. Os eleitores querem votar e manifestam em todas as oportunidades esse desejo veemente. Que alegam os membros do coral envergonhado em favor dos cinco anos? A situação econômica não é propícia a uma eleição presidencial.

É exatamente o contrário: quanto pior uma situação econômica decorrente da inépcia do governo que se considera a transição, mais recomendável é a eleição. Não há tempo — isto sim — para esperar que um ano a mais melhore a situação econômica brasileira. Pelo contrário, tudo tende a piorar, porque o governo não mais consegue ser levado em consideração.

A sucessão presidencial direta em 88 é o caminho mais curto para o PMDB. Em dois anos, nada mais sobrá desse partido que esqueceu os seus compromissos.

O governador Moreira Franco acaba de proclamar algumas verdades que a nação queria ouvir, para ter a certeza de que o PMDB não é apenas o resíduo fisiológico que sobrou dos tempos heróicos da oposição. Há uma parte do PMDB empenhada em salvar o partido e prosseguir com ele rumo ao futuro democrático, e não para recomeçar tudo de novo. Não basta o PMDB no poder para se fazer a democracia. A alternância pressupõe o voto como instrumento de mudança.